

Entrevista com Maria Manuela dos Reis Martins: reflexões sobre a Arqueologia Urbana, a paisagem e o território*

Interview with Maria Manuela dos Reis Martins: considerations on Urban Archaeology landscape and territory

Maria Manuela dos Reis Martins, Professora Catedrática de Arqueologia do Departamento de História da Universidade do Minho, Portugal, é uma notável especialista em Arqueologia Urbana, da Paisagem e do Território, com ênfase em urbanismo e arquitetura romanas. Sua trajetória profissional e acadêmica associa duas áreas de conhecimento: História e Arqueologia. Presidente e responsável pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, publicou vários artigos, capítulos de livro e obras que representam uma importante contribuição à História e à Arqueologia da Roma Antiga. Por meio do conjunto de sua obra, conhecemos *Bracara Augusta*, cidade romana fundada pelo imperador Augusto, que desempenhou um papel relevante na integração da Península Ibérica ao Império Romano. Entre suas atividades atuais, Manuela Martins coordena o Projeto *Paisagens em mudança. Bracara Augusta e o seu território (séculos IV-VII)*, por meio do qual busca refletir sobre as mudanças e continuidades no contexto da cidade de *Bracara Augusta* entre os séculos I e VII d.C.

1. *Érica Cristhyane Morais da Silva: Há algum aspecto em sua vida pessoal, familiar e escolar que considere determinante para sua escolha profissional, sua atuação e interesse pela Arqueologia em associação com a História?*

Maria Manuela dos Reis Martins: Sempre gostei de História desde menina e tive a sorte de ter professores excepcionais que muito contribuíram para a minha formação e interesse pelas problemáticas históricas. Na minha adolescência, era fascinada pelo mundo grego e sonhava escavar em Atenas, porque, nos anos 60 do século XX, quase não existia Arqueologia em Portugal.

Logo no primeiro ano da Faculdade redescobri a paixão pela História Antiga e foi-me dada a oportunidade de trabalhar em Arqueologia, num dos mais carismáticos projetos da Arqueologia portuguesa antes do 25 de Abril: o projeto de salvamento

* Entrevista concedida a Érica Cristhyane Morais da Silva em 14 de agosto de 2015.

da Arte Rupestre do Vale do Tejo. Foi o primeiro projeto de Arqueologia preventiva em Portugal, que envolveu muitos jovens universitários e que constituiu uma grande escola de formação. Aí aprendi que a atividade arqueológica é sempre um trabalho de equipa, sem horários, que deve muito à intuição, mas também à capacidade de inovar permanentemente no nosso desempenho. Depois fui-me formando e autoformando em Arqueologia, circulando por diversas escavações, sobretudo em França e na Alemanha.

Acho que tive grandes mestres a quem devo muito do que sou em termos intelectuais e profissionais. Destacaria o Padre Manuel Antunes, grande humanista e especialista em História Antiga, que me influenciou profundamente na maneira de pensar os factos históricos e André Leroi-Gourhan, com quem tive o privilégio de privar nas escavações de Pincevant, a quem devo a visão antropológica sobre os contextos arqueológicos. Por isso, a minha visão dos factos que analiso enquanto arqueóloga e investigadora é sempre histórica e antropológica.

2. Arqueologia e História sempre estiveram unidas, mas como pensar essa relação para os estudos sobre o Mundo Antigo, em especial sobre a Civilização Romana?

R: História e Arqueologia estão intimamente ligadas, não tanto pelos métodos ou problemáticas, mas porque são duas disciplinas históricas. Ambas abordam as sociedades do passado usando fontes diferentes e distintos protocolos de investigação. A Arqueologia é, contudo, também, uma disciplina antropológica que aspira a compreender os comportamentos através dos artefactos e contextos que descobre e é capaz de reconhecer. Nesse sentido, a Arqueologia tem capacidade para intervir, também, em contextos contemporâneos, ou mesmo atuais, pois aquilo que a caracteriza, não é tanto a dimensão temporal, quanto a capacidade de interpretar comportamentos tendo por base os vestígios materiais.

No que se refere ao Mundo Antigo, e em particular à Civilização Romana, gosto de enfatizar os diferentes olhares que ambas as disciplinas têm sobre esse período. Mais do que complementares, História e Arqueologia são duas disciplinas científicas que produzem diferentes discursos que enriquecem o nosso saber e complexificam a nossa percepção e compreensão de diferentes aspectos da sociedade romana. Na verdade, julgo que a complementaridade entre as duas disciplinas se concretiza na capacidade acrescida que ambas fornecem aos investigadores de melhor compreendermos e problematizarmos os factos, os cenários, ou os protagonistas de uma sociedade distante, mas de grande modernidade. Sendo o passado, qualquer passado, um “país estrangeiro”, conforme afirmou David Lowenthal, importa que ambas disciplinas ensaiem a aprendizagem da “língua” para melhor compreender a sua semântica.

3. Recentemente, as cidades têm sido foco de atenção cada vez maior por parte de historiadores e arqueólogos. Qual a contribuição da História e da Arqueologia para a História das Cidades na atualidade?

R: A cidade é porventura o artefacto mais complexo criado pela sociedade humana, permanentemente alterado e reinventado. Por isso, a cidade representa sempre um espaço privilegiado de conservação e representação da memória, retocado por sucessivos tempos e experiências que lhe acrescentaram diferentes contornos e funcionalidades. Na verdade, as cidades são sempre multifacetados documentos históricos que sedimentam continuidades, rupturas e conflitos, visões e projectos de homens e poderes, glórias e declínios de sucessivas épocas. Nelas se descobrem as relações dos homens com o espaço, os avanços técnicos e artísticos, as relações sociais e de poder, ou as ideologias dominantes de diferentes épocas.

Enquanto facto histórico complexo, a cidade constitui um observatório privilegiado de análise da História e da Arqueologia, devido à pluralidade das suas dimensões, que se evidenciam nas suas tramas, espaços, construções, relações e vivências. Por isso, estas disciplinas têm um papel fulcral na perceção e compreensão dos tempos e das espacialidades urbanas, mas também dos protagonismos que tiveram impacto na materialização das cidades como espaços construídos e vividos. A importância das duas disciplinas é particularmente significativa quando falamos de cidades que possuem uma longa sedimentação histórica, como são as cidades onde vivemos e onde a memória material do passado se dilui com a sua permanente reconstrução e renovação. Sublinho, em particular, o papel central da Arqueologia na recuperação da historicidade dos espaços e edifícios urbanos, através da descoberta e interpretação dos contextos materiais que formalizaram as cidades em diferentes períodos. São precisamente esses contextos, que já não existem, que ao ser recuperados pela Arqueologia nos ajudam a compreender os cenários de representação das vivências urbanas, também elas inferidas a partir das fontes históricas e iconográficas. História e Arqueologia operam em conjunto para ampliar o significado e o sentido dos lugares na sua longa duração.

4. Na sua concepção, o que podemos compreender por Arqueologia Urbana, da paisagem e do território, que domínio de reflexão seria este?

R: A Arqueologia é uma disciplina que sofreu uma importante evolução na segunda metade do século XX devido às rápidas transformações sociais e ambientais resultantes da aceleração histórica posterior à II Guerra Mundial. Embora a sua origem como disciplina

histórica remonte ao século XIX, a Arqueologia manteve-se durante muitas décadas como disciplina académica, muito presa às visões antiquaristas e colecionistas que estiveram na sua origem. A partir da década de 60 do século passado a Arqueologia evoluiu rapidamente, quer do ponto de vista teórico, quer metodológico, adaptando-se a intervir em diferentes contextos da sociedade contemporânea, o que alterou profundamente o seu paradigma. Na origem desta transformação está o nascimento da chamada Arqueologia de salvamento, ou preventiva, associada aos trabalhos arqueológicos em larga escala, iniciados no Pós-Guerra, quer nas cidades, quer nos territórios, mas também as novas preocupações políticas e ideológicas relativas ao passado e à cultura, patentes nas convenções e recomendações emanadas de organismos internacionais, que se traduziram em nova legislação relativa à protecção e recuperação do património arqueológico e arquitetónico, à valorização das paisagens e dos territórios.

Foi o crescendo de destruições e reconstruções urbanas, com amplo impacto sobre o património construído e enterrado das cidades, que esteve na origem da Arqueologia Urbana, enquanto a mecanização da agricultura, a construção de grandes equipamentos industriais, ou a modernização do sistema viário potenciou a emergência da Arqueologia da Paisagem e do Território. Na verdade, foi a "Arqueologia de salvamento", praticada nas cidades, ou nos espaços rurais, que permitiu a especialização e profissionalização dos arqueólogos e a sofisticação dos métodos de deteção e registo dos vestígios do passado. Assim, a uma Arqueologia tradicionalmente mapeada por uma forte especialização cronológica e civilizacional sucedeu uma Arqueologia fundamentalmente preocupada com a longa duração da ocupação dos espaços, sedimentada nas construções e no ordenamento das paisagens, alterando-se os questionários de investigação e os protocolos metodológicos que visam a compreender as transformações operadas nos espaços urbanos e nos territórios, quer do ponto de vista ambiental, quer cultural.

Assim, a Arqueologia Urbana deve ser percebida como o domínio da disciplina arqueológica que atua nas cidades, tendo em vista estudar e restituir as diferentes cidades que se sucederam no mesmo espaço. A Arqueologia da Paisagem e do Território tem por objetivo compreender os processos de ocupação, uso e transformação das paisagens, entendendo-se estas na sua dupla dimensão, natural e antrópica. A primeira liga-se aos suportes físicos e aos recursos, enquanto a segunda se associa ao tempo e à sucessão de interações entre as comunidades, os ambientes e os lugares.

5. A Arqueologia Urbana está associada à defesa do património arqueológico urbano e, por conseguinte, à salvaguarda da memória de um povo, de uma sociedade. Tendo em vista os recentes acontecimentos que implicaram a destruição, por terroristas do Estado Islâmico,

de sítios arqueológicos que se confundem com o próprio surgimento da cidade, como os arqueólogos, com seus métodos de trabalho, podem auxiliar na conservação da memória de artefatos que não existem mais?

R: A Arqueologia Urbana, enquanto área especializada da Arqueologia, que tem como objetivo a história das cidades, seria impensável fora de um contexto social e ideológico que se fundamenta no conceito de património como um bem comum, coletivamente herdado do passado, ao qual se atribui um valor histórico, cultural e identitário e que se entende dever ser legado às futuras gerações. Esta conceção de património, enquanto bem coletivo, aplicado aos testemunhos materiais do passado, nasceu no século XIX, no quadro dos nacionalismos emergentes, e sofreu uma considerável evolução no mundo ocidental durante a segunda metade do século XX, através das múltiplas convenções e recomendações emanadas de organismos internacionais e da ação dos mesmos, designadamente da UNESCO, em prol da classificação de alguns sítios, ou bens materiais e imateriais, como património da Humanidade.

No entanto, a essência do conceito de património reside sempre num processo de reconhecimento social e ideológico do valor (mais valia cognitiva, histórica ou cultural) que é atribuído a um bem, num quadro social específico, que muda com as modas, os gostos, ou os valores das sociedades. Por isso, aquilo que se admite constituir hoje património da Humanidade, porque se lhe reconheceu um valor tangível ou intangível singular, no quadro da história civilizacional, necessita sempre de ser reconhecido pelo seu valor identitário.

As ações do Estado Islâmico demonstram bem a enorme dependência dos legados do passado face aos contextos políticos e ideológicos presentes, mas também a fragilidade dos mecanismos vigentes de classificação patrimonial, que não bastam para garantir a sua preservação. As perdas são enormes, mas teremos inevitavelmente que aprender alguma coisa com esta situação. Dos sítios destruídos ficarão sempre os registos recuperados pela Arqueologia, fundamentais para que os vestígios do passado desaparecidos nos continuem a transmitir mensagens. Dos atos terroristas sobre o património se fará também história futura, que não poderá deixar de ter consequências nas práticas de trabalho dos historiadores e arqueólogos.

Importa referir, contudo, que todos os dias, e por diferentes razões, se destrói património histórico por todo o mundo. Na maior parte das vezes por ignorância e desinteresse, mas também por catástrofes naturais e devido aos conflitos armados. Só se pode preservar aquilo que reconhecemos como importante, que faz sentido no presente e queremos legar ao futuro. O legado do passado só é importante se for

integrado na nossa vida presente e contribuir para o bem estar e qualidade de vida das pessoas e das comunidades, do ponto de vista cognitivo, cultural e material. É essa percepção que justifica a crescente importância das ciências históricas e do património na sociedade contemporânea. A Arqueologia tem neste contexto um importante papel, pois contribui, através dos seus protocolos metodológicos de atuação, para registar o que vai desaparecendo fisicamente. O conceito de "erosão da História" define bem o processo de destruição acelerada do passado numa sociedade em rápida transformação, que muito afeta os "arquivos da Terra". É, por isso, imperioso que os países não desleixem a legislação cautelar relativa ao património para que a Arqueologia possa desempenhar o seu papel.

6. *'Bracara Augusta'* foi uma cidade importante da Península Ibérica na época romana. Contudo, no contexto brasileiro, a história da Península Ibérica, na Antiguidade, ainda é pouco explorada, incluindo o conhecimento sobre história de *'Bracara Augusta'*. O que você poderia nos dizer, numa breve síntese, sobre a atuação de *'Bracara Augusta'* no contexto peninsular ibérico?

R: Poderíamos considerar que a historiografia tradicional, essencialmente baseada nas fontes textuais clássicas, não tratou devidamente o papel das cidades do NO da Península Ibérica, tendo sempre desvalorizado o seu protagonismo, apesar de sabermos pelos autores latinos que essas cidades foram importantes centros administrativos. É precisamente a partir deles que podemos situar *Bracara Augusta* como uma das três cidades fundadas pelo imperador Augusto no NO peninsular, que funcionaram como capitais de conventos jurídicos. É também com base nas fontes textuais que sabemos que a cidade foi promovida a capital da província da *Gallaecia*, criada no âmbito das reformas administrativas empreendidas por Diocleciano, quando se reorganizou o vasto território da província Tarraconense, fragmentado em novas províncias. Mais uma vez, é a partir das fontes escritas que temos conhecimento de que, nos inícios do século V, os Suevos se fixaram na *Gallaecia* e escolheram *Bracara* como capital do seu reino, que vingou até a conquista da cidade pelos Visigodos, em 585. Sabemos igualmente, através das fontes escritas, que Braga foi sede episcopal e que mantinha, ainda na segunda metade do século VI, um importante protagonismo político e religioso a nível peninsular, bem documentado pela celebração dos concílios bracarenses de 561 e 572.

Assim, parece indiscutível, apenas pela atenta avaliação das fontes textuais, que *Bracara Augusta* foi fundada como "cidade de poder", destinada a administrar um vasto e rico território, que se viu consideravelmente ampliado nos finais do século III, quando

a cidade foi promovida a capital provincial. Na verdade, a Arqueologia Urbana, que passou a atuar na cidade de Braga de modo sistemático desde 1976, apenas veio dar expressão material ao protagonismo político da cidade durante longos séculos, perceptível na sua planeada trama urbana, na qualidade dos seus edifícios públicos, na sua ativa vida económica, ou nas suas luxuosas *domus*, que demonstram que as elites bracaraugustanas eram detentoras de poderosos dividendos, fossem eles oriundos da exploração da terra, do comércio, ou da exploração mineira. Essa expressão material, que constitui o resultado de 40 anos de investigação arqueológica continuada na cidade de Braga, é por vezes considerada surpreendente, pois sempre se admitiu que as populações indígenas do NO peninsular haviam assimilado mal e apenas tardiamente os modelos urbanos itálicos, comparativamente aos territórios da Bética, da Lusitânia, ou da área meridional da Tarraconense. No entanto, a realidade é bem diferente e demonstrativa do potencial da Arqueologia para renovar o conhecimento e reescrever a História.

Sabemos que a assimilação de novos conhecimentos por parte do discurso historiográfico pode ser lenta, pois o sistema científico não é isento de omissões, ignorâncias ou mesmo de preconceitos. Tal como aconteceu com a Arqueologia, importa que a História Antiga mude os seus paradigmas e conceda maior relevância às fontes arqueológicas que estão a revolucionar o nosso saber sobre a Antiguidade Clássica. Algo que penso estar a ocorrer nalgumas universidades brasileiras, das quais a UFES constitui um excelente exemplo a seguir.

7. O território referente à antiga cidade de 'Bracara Augusta' apresenta um rico património como resultado de diversas intervenções arqueológicas. Uma das estruturas arquitetónicas romanas encontradas por você e escavadas foi o teatro. O que nos é possível saber sobre o teatro no contexto da história dessa cidade romana?

R: Os teatros representam um dos tipos de arquitetura mais carismáticos da cidade antiga. Não tanto pelo tipo de espetáculos que neles se desenrolava, mas sobretudo pelo seu significado ideológico, social e cultural. De facto, sabemos pela documentação epigráfica, em particular através da bem conhecida *tabula Siarensis*, que o espaço envolvente do teatro era o cenário urbano de excelência para a realização de algumas importantes procissões associadas à exaltação do culto imperial. Simultaneamente, o teatro constituía o palco ideal para representar a unidade do corpo cívico da cidade romana, adequadamente ordenado por classes sociais, distribuídas pelos assentos da *cavea*. Por outro lado, a implantação arquitetónica da frente cénica, com as estátuas dos imperadores, exibidas diante dos espetadores, possuía uma importante dimensão cultural

e ideológica, refletindo o hábito de utilização das ordens arquitetónicas na construção da paisagem urbana, que permitia a interiorização da linguagem arquitetónica clássica.

Por isso, a existência de um teatro numa qualquer cidade romana provincial representa sempre um importante testemunho do grau de integração do seu corpo cívico, bem como a sua conformidade com os rituais, com a cultura e com o poder de Roma.

Podemos afirmar que a construção do teatro romano de *Bracara Augusta* se insere plenamente nos processos de adequação do espaço urbano bracarense aos modelos urbanísticos e arquitetónicos que poderíamos esperar de uma florescente cidade provincial, situação que permite questionar algumas das premissas da historiografia tradicional que sempre atribuíram valores urbanos limitados às cidades do NO da Península Ibérica.

Por isso, não é surpreendente que um edifício como o teatro, paradigma de uma arquitetura normalizada com a retórica das ordens arquitetónicas, adquirisse um marcado protagonismo no espaço urbano de *Bracara Augusta*. De facto, quer a sua fachada ritmada pelos contrafortes exteriores do edifício, quer a *scaena* presidida pela sobreposição das colunas, quer ainda os porticados *postscaenam*, refletiam, no seu conjunto, um adequado *ornato publico* compatível com o estatuto político da cidade e o seu protagonismo de capital regional.

8. Recentemente, temse refletido sobre o modelo centro-periferia nos estudos sobre as relações entre Roma e suas províncias e cidades. A ideia de um império centralizado não oferecia espaço para a compreensão dos níveis de autonomia regional e municipal. Considerando essas relações centro-periferia, como podemos compreender a posição da Galécia e de sua sede no contexto do Império?

R: O modelo centro-periferia apenas permite perceber o Império Romano num esquema macropolítico e macroeconómico, dizendo-nos muito pouco sobre a relevância das múltiplas periferias que existiam. Na verdade, o protagonismo dessas periferias não pode simplesmente ser explicado por modelos de escala ampla, mas sim por análises de escala mais fina, que nos demonstram, por vezes, que essas periferias também tinham centros e áreas periféricas.

Creio que, no estado atual dos nossos conhecimentos, os territórios do NO peninsular, que conformaram a província da *Gallaecia* baixo-imperial devem ser olhados pelo papel que desempenharam, quer no contexto económico do Império, quer no contexto mais restrito da Hispânia romana.

Tradicionalmente, os territórios da fachada ocidental da Península Ibérica e em particular os do NO foram considerados como periféricos e marginais, devido ao facto

de alguns autores antigos os referirem como *finis terrae*. No entanto, a investigação arqueológica das últimas décadas atesta que essas periféricas terras foram palco de intensas relações com o Mediterrâneo, através de uma precoce navegação atlântica, documentada desde o Bronze Final, que revela um dinâmico mundo atlântico onde existia uma extensa rede de comunicações e de inter-relações culturais. As evidências arqueológicas demonstram, igualmente, que os romanos dominavam uma extensa frente atlântica desde meados do século I a. C., consolidada com a expedição de César a *Britannia*. A posterior conquista da *Britannia* assegurou o controlo da rota atlântica que desempenhou um papel estratégico no abastecimento dos exércitos estacionados no *limes* germânico e britânico. A relevância económica e estratégica desta rota, já sublinhada por vários autores, ajuda a perceber a importância nevrálgica dos territórios do NO hispânico no âmbito da política e economia imperial.

Importa, contudo, sublinhar que o NO possuía outros interesses estratégicos para Roma, designadamente decorrentes dos seus importantes recursos mineiros, designadamente o ouro. Muito embora os estudos tenham valorizado preferencialmente a exploração mineira estatal do ouro, designadamente na região das Médulas, importa referir que muito existe por investigar ainda no que respeita à exploração intensiva deste recurso, quer no norte de Portugal, quer na Galiza. Na verdade, está ainda por realizar o mapa da mineração na época romana nas regiões setentrionais da Hispânia, bem como as ilações que dele podem ser extraídas, que certamente ajudarão a perceber melhor o protagonismo das cidades do NO peninsular e o papel desta região na economia do mundo romano.

9. Atualmente, você coordena um projeto que se intitula 'Paisagens em mudança. Bracara Augusta e o seu território (séculos IVII)'. Em que consiste esse projeto?

R: Esse projeto foi desenvolvido entre 2012 e 2015, tendo integrado uma vasta equipa de arqueólogos e historiadores, mas também de especialistas na área dos paleoambientes. O nome do projeto associa-se ao desafio, ao qual procurámos dar resposta, concretamente, a evolução da paisagem urbana e rural de Braga entre a sua fundação romana e o fim da Antiguidade Tardia. Porque sabemos que no mundo antigo cidade e território estavam intimamente interligados e porque é suposto que os ritmos de mudança urbana possam ter uma correspondência em processos de reorganização do território, procurámos equacionar as continuidades e mudanças que pudessem ter expressão no registo arqueológico, sem esquecer o enquadramento paleoambiental, suscetível de nos informar sobre os impactos decorrentes da criação de uma cidade e de novas formas de ocupação

e exploração do território, sobre o ambiente e a paisagem. Foi um projeto ambicioso que tentou ainda responder a outras questões históricas, designadamente relativas ao impacto na região da crise do século III, da promoção de *Bracara* a capital de província, ou aos efeitos da instalação na região dos Suevos nos inícios do século V.

O ponto de partida do projeto foi o grande acervo de informação arqueológica disponibilizado pelas investigações realizadas na cidade e no território de Braga pelos investigadores da Universidade do Minho, mas que foi obtido com diferentes estratégias. Enquanto os dados disponíveis para a cidade resultam essencialmente de escavações realizadas em contexto preventivo, ou de investigação de áreas protegidas, a informação disponível para o território resulta sobretudo de trabalhos de prospeção e catalogação sistemática, que potenciaram notáveis resultados. No entanto, o projeto visou a obter novos dados, tendo por base a metodologia arqueológica, mas também a análise dos documentos referentes ao território de Braga para os períodos medieval e moderno, pretendendo-se a partir deles ensaiar uma análise regressiva das características da paisagem antiga.

Embora o projeto tenha sido recentemente concluído é expectável que os seus resultados possam ainda ter repercussões relevantes a curto e médio prazo, designadamente no âmbito de publicações, sendo certo que contribuiu para a formulação de novas perspetivas de investigação, tanto na cidade como no território.

10. Entre 2013 e 2014, a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho e a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) foram parceiras em um Projeto de Cooperação Internacional intitulado 'Cotidiano e Sociabilidades no Império Romano'. Essa parceria tornou possível aos alunos do curso de Graduação e PósGraduação em História da UFES uma introdução ao conhecimento arqueológico e sua associação com os estudos de História Antiga. A Arqueologia Clássica ainda é uma área de conhecimento incipiente no contexto brasileiro, mas promissora. Qual a sua opinião sobre esse intercâmbio lusobrasileiro e que resultados podemos esperar de iniciativas de cooperação acadêmica como a citada?

R: Posso afirmar que o projeto *Cotidiano e Sociabilidades no Império Romano*, desenvolvido em cooperação entre a UFES e a UAUM, representou uma verdadeira “lufada de ar fresco” para toda a equipa portuguesa que nele participou do lado português. Sendo esta maioritariamente constituída por arqueólogos foi extremamente interessante cruzar os nossos olhares com os dos investigadores de História Antiga, treinados na exploração das fontes escritas. Infelizmente, em Portugal, não é hábito que arqueólogos e historiadores trabalhem em conjunto, podendo-se mesmo afirmar que a História Antiga se encontra quase em extinção nas universidades portuguesas, onde é verdadeiramente residual.

Sendo certo que os arqueólogos também são historiadores, não deixa de ser um facto que raramente exploram em profundidade as fontes escritas e o seu potencial. Por outro lado, também não é comum que os investigadores de História Antiga saiam da sua área de conforto e queiram valorizar os contributos da Arqueologia. Como já afirmei, quer as metodologias, quer as questões da História Antiga e da Arqueologia são diferentes, ainda que possam incidir sobre contextos semelhantes. Por isso, encontrar um tema comum, suscetível de ser valorizado e analisado por investigadores de ambas as disciplinas, como aconteceu no referido projeto, representou um importante desafio, cujo mérito cabe ao Professor Gilvan Ventura. Creio que os resultados práticos do projeto referido só em parte podem ser visíveis no que já foi feito, pois serão sobretudo valorizados no futuro. Todos aprendemos imenso com a experiência e certamente que ela terá repercussões muito positivas no futuro das nossas investigações. Por isso, sublinho o grande interesse da cooperação académica entre a UFES e a Universidade do Minho e o envolvimento de jovens investigadores na iniciativa, pois serão eles os promissores herdeiros de um novo olhar sobre as temáticas da História Antiga.